



# Contra o prescritivismo, a fluidez da língua

*Beatriz Daruj Gil*



## resumo

O prescritivismo nos discursos sobre a língua não é prática recente. A separação entre bons e maus usos linguísticos sempre expôs atitudes discriminatórias em relação às diversas formas do dizer, contrariando princípios da ciência linguística, por meio dos quais se sabe que a língua varia e muda. E que a variação é propriedade imanente de qualquer língua, por meio da qual se revelam as alterações sociais e históricas de determinada comunidade. Tendo como parâmetros fundamentos da sociolinguística, análise do discurso e da lexicologia, o que se propõe a analisar neste texto é o prescritivismo exposto em algumas escolhas lexicais feitas na matéria jornalística “Rede TV!: Lula usa linguagem ultrapassada ao citar ‘índio’ e ‘opção sexual’”, publicada no portal UOL, em 3/2/2023.

**Palavras-chave:** prescritivismo; língua; escolhas lexicais.

## abstract

*Prescriptivism in discourses about language is not a recent practice. The separation between good and bad linguistic uses has always exposed discriminatory attitudes towards different forms of saying, contrary to principles of linguistic science, through which it is known that language varies and changes. And that variation is an immanent property of any language, through which the social and historical alterations of a given community are revealed. Having as a parameter the fundamentals of sociolinguistics, discourse analysis and lexicology, what is proposed to be analyzed in this text is the prescriptivism exposed in some lexical choices made in the journalistic article “Rede TV!: Lula uses outdated language when citing ‘Indian’ and ‘sexual option’”, published on the UOL portal, on 02/03/2023.*

**Keywords:** prescriptivism; language; lexical choices.

## A PALAVRA, O MUNDO, O OUTRO

**D**iz Eduardo Galeano (1994) que, no Haiti, só se contam histórias à noite, momento em que se vive o sagrado, e que quem sabe mesmo contar sabe que “o nome é a coisa que o nome chama” (Galeano, 1994, p. 21). A personagem Magda Lemonnier, criada pelo autor, separa as palavras em furiosas, amantes, neutras, tristes e mágicas. E, em uma conversa, essas palavras contam a ela o que está acontecendo e o que vai acontecer.

Em uma concepção primitiva de linguagem, palavras e coisas se misturam. Atribuía-se à palavra a mesma força mágica que se atribuía às coisas, inclusive, o homem

temia a palavra, evitando pronunciá-la, porque tinha medo do conceito ou da realidade que ela simbolizava. Temos ainda uma memória desse nosso ancestral quando evitamos pronunciar alguma palavra para não sentirmos próxima de nós a realidade que ela constrói ou representa.

Essa dificuldade em separar conceitos de palavras está também na aquisição da língua. A criança aprende, inicialmente, a palavra em relação à coisa e, com o seu

---

Uma primeira versão deste texto foi publicada no *Jornal da USP*, em 15 de maio de 2023, com o título “O prescritivismo que quer nos interditar” (<https://jornal.usp.br/artigos/o-prescritivismo-que-quer-nos-interditar/>).

---

**BEATRIZ DARUJ GIL** é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

desenvolvimento, vai percebendo que não há relação unívoca entre uma palavra e um conceito, além de descobrir que são entidades diferentes: “A língua transmite-se, como o observou Meillet, de um modo ‘descontínuo’ de uma geração para outra: cada ser jovem tem que aprender de novo” (Ullmann, 1964, p. 402).

Ao ver um objeto novo, a criança sente a necessidade de classificá-lo. Aciona as categorias conhecidas, que, em geral, são poucas, e escolhe uma delas na qual insere a novidade. Ela vai acertando a categorização à medida que, ao conhecer novos fenômenos, fatos e objetos do mundo, aprende também novas palavras que correspondem a toda essa novidade, o que faz com que vá ampliando seu sistema semântico. É a palavra que ajuda a delimitar, categorizar e captar o campo semântico de determinado conceito.

A visão primitiva por meio da qual palavra e coisa estão associadas só se alterou quando o homem se familiarizou com outra língua e percebeu que outras denominações são possíveis para a realidade vivida. É a dimensão do *outro*, do *diferente*, que traz ao homem um certo alívio para *dizer livremente*, sem que a coisa tão temida se aproxime dele.

A divisão das cores em matizes é sempre um bom exemplo para que se perceba que o sistema cromático se altera porque há diferença na forma de olhar para a realidade das cores e não como resultado de uma mudança na realidade.

O reconhecimento da palavra do *outro*, diferente da palavra do *eu*, é o lugar do respeito aos diversos modos de ver o mundo, igualmente possíveis e enriquecedores para o avanço humano. O apa-

gamento dessa diversidade tem levado o homem a se separar do *outro* e traçar um caminho de poucos e para poucos.

## O PRESCRITIVISMO

Em matéria publicada no portal *UOL*, em 3/2/2023, intitulada “Rede TV!: Lula usa linguagem ultrapassada ao citar ‘índio’ e ‘opção’ sexual”, as autoras criticam certos usos linguísticos do presidente Lula em uma entrevista concedida à Rede TV!. Iniciam o debate apontando o que Lula *deveria usar* quando recorrem à locução prepositiva “em vez de”, como se observa no trecho inicial: “O presidente Lula usou os termos ‘índio’ em referência a indígenas e ‘opção’ *em vez de* orientação sexual...” (grifos meus). As enunciadoras trazem a público a ideia corrente, em alguns discursos contemporâneos, de que não devemos usar algumas palavras que seriam marcadas e de que devemos usar outras, explicitando uma postura deôntica.

Sociolinguistas e analistas do discurso, principalmente, têm mostrado, há décadas, que: 1) língua é uso; 2) língua varia no tempo, no lugar, no grupo social e na situação de comunicação associada ao gênero discursivo, como variam todos os objetos da cultura constituídos pela sociedade; 3) práticas prescritivistas, quando se trata do uso da língua, devem sempre ser revistas pelas razões apontadas em 1 e 2. É na escolha de “em vez de”, retratada acima, que mora o perigo prescritivista. “Em vez de” significa *no lugar de* e sugere, na opção feita no texto jornalístico, que Lula escolheu mal, separando assim os usos bons dos usos ruins, contrariando, portanto, o princípio da variação linguística, fortalecendo

o prescritivismo, com uma autoridade (cuja origem é desconhecida) que parece permitir que se pontifique o que deve ser seguido.

Nenhuma língua é homogênea e invariável. A variação é uma propriedade inerente aos sistemas linguísticos e ocorre sempre de forma regular e sistemática. Ela não está sujeita ao acaso, nem ao livre-arbítrio do falante, mas é determinada por motivações e restrições advindas do sistema linguístico que os falantes da língua seguem. A variação, portanto, não faz da linguagem em uso um caos e nem é resultado de práticas anárquicas e irregulares dos falantes (Camacho, 2005).

No texto em questão, outras escolhas linguísticas denunciam o prescritivismo: “Não é a primeira vez que Lula erra ao deixar de adotar a linguagem inclusiva – focada nos grupos minoritários”. Ao optar por “erra” e “deixa de adotar”, estão dizendo, nas entrelinhas, que Lula tem que usar a linguagem inclusiva.

A linguagem inclusiva consiste em um conjunto de usos linguísticos que alguns grupos sociais têm defendido e adotado, em diferentes níveis da língua, com o objetivo de materializar linguisticamente a integração de grupos da sociedade, como afirma Maria Helena Moura Neves, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* (Vicente, 2022): “[...] esse movimento visa à inclusão social, sem discriminações, de todos os grupos da sociedade, tratando-se, pois, da proposta de uma ‘linguagem inclusiva’, ou ‘língua inclusiva’, o que é extremamente louvável”. Parte do movimento reivindica, por exemplo, novas formas de utilização da língua que incorporem a diversidade de identidades de gênero presente na sociedade. É um meritório movimento

de inclusão social que procura abolir discriminações de vários tipos.

Outra escolha linguística que merece atenção é “ultrapassada”, adjetivo que modifica “linguagem”, no título da matéria: “Lula usa linguagem ultrapassada ao dizer ‘índio’ e ‘opção sexual’”. Dizer que determinado uso é algo que já passou, ficou pra trás, está fora de moda e desatualizado é negar a língua como atividade humana e como organismo vivo, ignorando seus constantes movimentos. Já há muito tempo, em 1904, Bréal (1992) mostrava que a linguagem não é retilínea e que a causa de seu desenvolvimento é a vontade humana: “[...] fora do nosso espírito, a linguagem não tem vida, nem realidade” (Bréal, 1992, p. 181). As palavras se movimentam permanentemente, ampliando ou restringindo seu sentido, morrendo e renascendo com sentidos renovados: “[...] normalmente as mudanças de sentido das palavras são obra do povo” (Bréal, 1992, p. 181). Isso significa que não há linguagem que “ficou pra trás”: os usos variados e múltiplos coexistem no tempo, porque os grupos humanos são igualmente múltiplos. Os usuários realizam suas escolhas linguísticas na diversidade de gêneros discursivos por meio dos quais nos comunicamos diariamente e que, por sua vez, também se modificam. O pejorativismo contido em “linguagem ultrapassada” demonstra uma visão estática da língua. Ignora-se o conteúdo histórico do uso e passa-se a proibi-lo.

Sírio Possenti, em entrevista dada ao programa “Direto na Fonte”, da TV Unicamp (Franco & Casablanca, 2020), lembra que atos discriminatórios não se iniciam na língua, mas são nela refletidos por uma sociedade discriminadora, demonstrando um processo de retroalimentação entre língua e

sociedade. Para o autor, a língua não funciona no vácuo e problemas sociais terminam por se manifestar em expressões linguísticas, o que justifica a necessidade de que se observe a língua para além de uma abordagem estritamente científica e que se encare com seriedade os problemas sociais que aparecem no seu uso.

É verdade que parte da sociedade está preocupada com a inclusão de todas as pessoas e busca alterar a estrutura da língua para que ela se torne, no entendimento desse grupo, mais ajustada a um mundo inclusivo. E, nós, profissionais da linguagem, temos que encarar o tema com seriedade e atenção. É verdade também que a língua varia e que quem determina essa variação é o usuário, sendo a vontade humana (e não a imposição de um grupo sobre outro) que preside a linguagem (Bréal, 1992). E também temos que ser sérios observadores desse movimento. Mas dizer que Lula deveria adotar a linguagem inclusiva é prescritivismo. Não é a linguagem inclusiva que atesta o respeito que Lula tem ou não aos grupos minoritários. Dizer que Lula ou qualquer pessoa deveria usar linguagem inclusiva é ser prescritivista.

E quando se fala em prescritivismo linguístico, é sempre bom lembrar da origem da construção do padrão da língua portuguesa no Brasil. A elite letrada da segunda metade do século XIX tomou como referência um modelo lusitano de escrita de alguns escritores portugueses, o que revelava seus anseios por viver em um país branco europeu e rechaçar a mestiçagem do nosso país. Como esse padrão se diferenciava, inclusive da norma culta brasileira, desenvolveu-se na sociedade uma constante atitude purista e normativista que condenava qualquer uso que se distan-

ciasse do padrão construído artificialmente e que permanece, com o passar dos séculos, em formas variadas de discriminação linguístico-cultural (Faraco, 2002).

Essa falsa crença de um bom e de um mau uso da língua, da forma como ainda aparece na atualidade brasileira, parece ter sua gênese na codificação da gramática no Ocidente (Neves, 2014), em que se buscaram modelos e se impuseram padrões de uma variante que se considerava superior, mais regular, em geral utilizada por uma elite letrada de uma determinada sociedade.

Parece que esse momento histórico funda os diversos discursos normativistas que se multiplicam de lá até os tempos atuais e que podem ser ilustrados nas escolhas lexicais “erra”, “deixa de adotar” e “em vez de”, materializadas no discurso jornalístico objeto desta análise.

Por trás do prescritivismo, está o reducionismo da língua: a condenação aos usos múltiplos e variados, ainda que sejam amplamente utilizados; o erro em tudo que é diverso do que foi eleito como melhor, mais adequado, ou falsamente mais correto. E é bom lembrar que, como bem diz Neves (2014, p. 75), “não há ‘pessoa física’ investida de poder legitimado para ser considerada fonte decisiva de autoridade, e o limite entre um ‘pode’ e um ‘não pode’ é necessariamente fluido, já que isso é a língua, sempre em equilíbrio, mas, se viva, sempre dinâmica”.

## **A INTERDIÇÃO DE “ÍNDIO”**

Alega-se, na matéria em questão, que “índio” era palavra usada pelos portugueses “para se referirem de forma genérica à população nativa do que é hoje o território

americano – mas, só no Brasil, há mais de 300 povos indígenas”. É verdade. A despeito de o colonizador português, que usava a palavra “índio”, ter sido responsável pela dizimação de grande parte dos povos indígenas, não se pode restringir o uso dessa unidade lexical a esses que parecem ser os primeiros registros, afinal já se passaram mais de 500 anos. Igualmente, é preciso entender o que significa dizer que “índio”, segundo as autoras, associa-se a uma “ideia depreciativa”.

Emiri e Yanomami (2022) identificam essa polêmica que envolve o uso de “índio”, na qual se considera a palavra pejorativa. E se perguntam: “Onde está a evidência científica que ‘índio’ tem conotação pejorativa? Há alguma estatística comprovante que, majoritariamente, o termo é empregado em tom depreciativo?” (Emiri & Yanomami, 2022).

Considerando o princípio básico de que *língua é uso*, verifiquemos então alguns empregos da palavra “índio”, para além dos portugueses colonizadores:

*“Um índio* descerá de uma estrela colorida,  
[brilhante  
De uma estrela que virá numa velocidade  
[estonteante  
E pousará no coração do Hemisfério Sul,  
[na América, num claro instante  
Depois de exterminada a última nação  
[indígena  
E o espírito dos pássaros das fontes de água  
[límpida  
Mais avançado que a mais avançada das  
[mais avançadas das tecnologias  
Virá”

(Caetano Veloso, grifos meus).

No trecho acima, extraído da canção “Um índio”, de Caetano Veloso, composta em 1976, um índio (um indígena?) descerá de uma estrela e pousará no coração do Hemisfério Sul, na América, depois de as nações indígenas terem sido exterminadas. Embora trate do aniquilamento dos povos indígenas, revelando uma “profecia utópica”, conforme avaliação feita por Wisnik (2019), em sua coluna na Rádio USP, a canção constrói uma ideia positiva corporificada na chegada de “um índio” que trará o “espírito dos pássaros das fontes de água límpida, mais avançado que a mais avançada das mais avançadas das tecnologias”. Ao longo da canção, o “índio” é elevado a uma condição magnífica, sendo comparado à impavidez de Muhammad Ali, à paixão de Peri, à infalibilidade de Bruce Lee, além de ser retratado em um contexto de força, luz, espiritualidade, resplandecência. E, note-se, é chamado de “índio”.

Em outra canção, “Amor de índio”, composta por Beto Guedes e Ronaldo Bastos, em 1978, o uso de “índio”, como modificador do substantivo “amor”, compondo o sintagma “amor de índio”, restrito ao título da canção, resume o que se desenvolve na letra da música em relação ao respeito ao ciclo da vida, à força e ao equilíbrio da natureza, como se pode constatar no trecho:

“Tudo que move é sagrado  
E remove as montanhas  
Com todo o cuidado  
Meu amor [...]  
  
Abelha fazendo o mel  
Vale o tempo que não voou”

(Beto Guedes e Ronaldo Bastos).

De autoria de um conjunto de produtoras e patrocinado pelo Fundo de Apoio à Cultura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, *Índio cidadão?* (2014) é um documentário que retrata a luta de grupos indígenas pela manutenção de direitos conquistados na Constituição de 1988. A força da palavra “índio”, modificada por “cidadão”, no título do documentário, nomeia um trabalho de luta das nações indígenas e de enfrentamentos políticos pela garantia dos direitos originários à terra.

Outro uso da palavra “índio” pode ser encontrado em uma campanha pelo respeito aos índios (indígenas?) intitulada “Menos preconceito, mais índio”, desenvolvida, entre 2017 e 2018, pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2017), uma das principais organizações ambientalistas e indigenistas do Brasil. Uma das peças da campanha é um vídeo filmado na comunidade Baniwa, no Alto Rio Negro, no Amazonas. No final do vídeo, um velho líder reivindica seguindo sendo índio: “Somos os baniwas, vivemos no Alto Rio Negro, Amazônia. Andamos pelados. Nosso único esporte é caçar. Não temos pátria nem religião. Comemos com as mãos e cortamos o cabelo sempre igual. Isso, pelo menos, em 1500. De lá para cá, tudo mudou. E se, mesmo assim, você continua a ser ‘homem branco’, por que nós não podemos continuar a ser índio?”.

Esses exemplos da utilização de “índio” transcendem aquele uso aparentemente inaugurado no discurso do colonizador. Nos estudos etimológicos e semânticos de determinadas unidades lexicais, é possível verificar os inúmeros movimentos de uma palavra no processo de fixação de seu sentido, como a restrição e a ampliação de sentido e a polissemia. Também “os signi-

ficados das palavras são formações dinâmicas, e não estáticas” (Vygotsky, 1998, p. 156). As palavras em si mesmas não são portadoras de significado absoluto; não se pode dizer que a uma palavra corresponde um único significado. Assim como também não são apenas suportes para inúmeros significados, caso em que as palavras mudariam seu significado a cada uso. O que ocorre é que a língua se desenvolve em equilíbrio. As palavras têm uma história de contextos pelos quais passaram ao longo de sua existência. A cada uso, em um determinado enunciado, atualiza-se um desses contextos presentes na memória da palavra. E, naturalmente, um longo uso novo vai preparando os usuários a incorporarem a novidade na história de uma determinada palavra: “[...] a palavra não é uma embalagem vazia de significado, totalmente subordinada às restrições do texto, mas um feixe de possibilidades, oferecendo ao texto inúmeras opções de significado, embora impondo também suas normas e restrições de uso” (Leffa, 2000, p. 18).

O questionamento sobre o uso de “índio”, na atualidade, feito inclusive pelos povos originários, como uma palavra associada a um sentido único (aquele usado pelos portugueses em 1500), e que por isso deveria ser substituída por “indígena”, que consideraria uma multiplicidade de povos com diferenças ricas em vários níveis, pode fazer com que “índio”, naturalmente, ao longo do tempo, passe a ocupar menos contextos de uso. Mas isso depende dos usuários, da força real do desejo dos usuários de que isso aconteça. E um novo uso da unidade lexical ou do sintagma pode se fixar em alguns contextos apenas, mais ou menos restri-

tos: “Se recuperarmos historicamente as alterações de sistemas linguísticos, até com extinção de línguas e com criação de novas línguas, veremos que as mudanças, em cada sistema, fizeram-se a partir do *uso natural* da língua por uma comunidade”, diz Maria Helena Moura Neves, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* (Vicente, 2022, grifos meus).

Sobre a alegação de que os povos indígenas não deveriam ser chamados genericamente por “índios”, Emiri e Yanomami (2022) lembram:

“Hoje em dia ninguém ignora que, no Brasil, há 305 etnias com suas diversidades sociais, culturais, linguísticas, cada uma com seu nome próprio. Quando se fala ou se escreve a respeito de um determinado povo, logicamente se utiliza seu nome específico; quando se fala ou se escreve a respeito de indígenas em geral, chamá-los de ‘índios’ não é diferente de apelidar de europeus tanto os portugueses quanto os franceses e italianos”.

O entendimento de alguns que “povos originários” ou “povos indígenas” indicariam com mais precisão e respeito o que se quer denominar não deve ser motivo para que outros usos, como o de “índio”, sejam interditados. Como se viu, “índio” é palavra empregada em diferentes momentos e contextos da história do país:

“Em nível institucional, a palavra ‘índio’ recorre desde a criação, em 1910, do SPI – Serviço de Proteção aos Índios, que, em 1967, tornou-se Funai – Fundação Nacional do Índio. Em nível acadêmico, são os estudos antropológicos, linguísticos, sociológi-

cos, históricos que, no título, enaltecem a palavra ‘índio’” (Emiri & Yanomami, 2022).

Os autores acrescentam que a luta pela terra, construída por índios e indigenistas, levou os constituintes de 1988 a escreverem a “nobre palavra ‘índio’” em nossa Constituição Cidadã e que o “estrangulamento do termo ‘índio’ é epistemicídio, sendo que através dessa palavra passaram a história, a cultura, a luta, os saberes, os direitos” (Emiri & Yanomami, 2022).

Não se faz futurologia quando se estuda a língua; identificam-se, descrevem-se e analisam-se usos. E, nesse sentido, é preciso que se respeite toda a história de usos de “índio”, sem desprezá-la e restringi-la a um único contexto, para que não exterminemos um índio que da estrela descerá, resplandecente.

## “OPÇÃO SEXUAL” OU “ORIENTAÇÃO SEXUAL”?

Em relação ao também criticado uso de “opção sexual”, vejamos. O uso da expressão tem sido considerado inadequado: “[...] orientação sexual é o termo correto, pois é como a sexualidade e o desejo sexual das pessoas são direcionados internamente, sendo que as pessoas não optam por qual gênero sentirão atração afetiva e sexual” (UFMG, 2019). O que se entende, nesse caso, é que o uso de “opção sexual” indicaria, inadequadamente, que pessoas lésbicas ou gays, por exemplo, escolhem sua sexualidade.

O que se verifica é que, mesmo entre especialistas no assunto, há discordância sobre o caráter biologizante ou libertário

da sexualidade, o que determinaria o uso de “orientação sexual” ou “opção sexual”, respectivamente. Oliveira Jr. e Maio (2016) ouviram professores da escola básica e compararam seus discursos sobre pessoas LGBTQIA+ com o que alguns documentos governamentais apresentam sobre o tema. Os autores observam, em duas publicações do governo federal, *Brasil sem homofobia*, de 2004, e *Guia para adolescentes e pares: para uma educação entre pares*, de 2011, a crítica ao uso de “opção sexual”, com a justificativa de que a “orientação sexual” não é escolhida, nem aprendida.

Questiona-se, por outro lado, a ideia construída no uso de “orientação sexual”, alegando-se, por exemplo, que o fato de a pessoa não ser responsável pela determinação da sua sexualidade poderia gerar, em relação a essa pessoa, um sentimento de piedade.

Essa visão essencialista da homossexualidade (contida no uso de “orientação sexual”) revelaria a necessidade de autorização de uma determinada prática sexual e de indulgência com as pessoas LGBTQIA+, deixando de contribuir com o reconhecimento da legitimidade de um direito, o que estaria mais bem contemplado no uso da rejeitada “opção sexual”.

A escolha por “orientação sexual” parece exhibir, nesse entendimento, a ânsia pela explicação biológica de uma prática sexual, compreendendo-a como algo inato do indivíduo, reafirmando uma antiga explicação de fenômenos humanos com base no determinismo biológico:

“No caso da homossexualidade, deixando de ser entendida como uma prática sexual (social), é recorrente a tentação pela ‘explicação biológica’: pretende-se que seja um

dato fixo natural (inato ou adquirido) na realidade do indivíduo suposto ‘homossexual’. Embora a procura por explicar os fenômenos humanos a partir de bases biológicas não seja um fato atual na história da ciência, a onda do determinismo biológico tem permitido retornar, com muita aceitação e difusão pelas mídias, explicações biologizantes de realidades sociais e fenômenos culturais. Temos sido bombardeados pela descrição de fenômenos tomados como desencadeados por ‘ações do cérebro’, à simples vista de fenômenos que são reflexos ou reações fisiológicas provocadas por situações emocionais, subjetivas, sociais” (Souza Filho, 2009, p. 62).

Como se pode ver, nessa breve reflexão sobre o assunto, a escolha por “orientação sexual” ou por “opção sexual” está associada à visão que se tem da realidade e, no caso específico, ao entendimento sobre a “genealogia da homossexualidade” (Oliveira Jr. & Maio, 2016, p. 328). Para os autores, a controvérsia entre a visão essencialista e a emancipatória só vai acabar quando “se desestabilizar a heterossexualidade como padrão normativo, de forma que toda e qualquer manifestação da sexualidade não heteronormatizada deixe de ser caracterizada como desviante ou patológica” (Oliveira Jr. & Maio, 2016, p. 341).

## **PALAVRAS E SEUS USOS: O DINAMISMO DA LÍNGUA**

Para fundamentar essa reflexão em princípios teóricos da lexicologia, área da ciência linguística que estuda o léxico da língua, é preciso começar lembrando que

é no âmbito do vocabulário, subsistema mais epidérmico da língua, que aparecem, com mais nitidez, os usos prestigiados e desprestigiados.

Antunes (2012) ressalta que atualizações lexicais que “destoam daquilo que seria um ‘léxico’ mais formal ou mais elaborado são logo percebidas como ‘evidências’ de uma competência linguística muito limitada”. Neves (2014, p. 35) acrescenta que “o povo tem fascínio pela ‘boa linguagem’, sempre que um pouco de contato com padrões cultos lhe tenha sido permitido”. Os usos lexicais que se afastam do que parece ser um vocabulário atualizado, segundo as fiscais- autoras da matéria jornalística em questão, são percebidos por elas como marcas de uma insuficiente e ultrapassada competência lexical do presidente Lula.

É necessário lembrar também daquilo que tratamos de significado básico ou primitivo de uma palavra. Nos contextos de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, tem-se chamado bastante atenção para o tema: “Essa perspectiva de reduzir a palavra a uma única significação se ajusta muito bem aos costumeiros exercícios em torno de palavras isoladas ou de frases descontextualizadas” (Antunes, 2012, p. 23).

Antunes (2012) está fazendo referência à tradição do ensino de vocabulário nas aulas de língua portuguesa. E talvez aí se encontre a origem da prática prescritivista que subjaz à matéria jornalística em análise. Em toda a história do ensino da língua portuguesa no Brasil, desde a colonização, e mesmo antes de a disciplina ser assim denominada, o que predominou nas atividades relativas ao significado de palavras foi o exercício da sinonímia e, em número menor de vezes, da antonímia.

Com o desenvolvimento e proliferação dos livros didáticos, a partir da segunda metade do século XX, época em que a carreira do magistério começa a ser desvalorizada, tendo o professor que assumir carga horária de aulas muito grande, o livro didático passa a ser o apoio para esse profissional sobrecarregado. E, em suas páginas, o que se encontrava nas seções destinadas ao vocabulário eram, principalmente, glossários ao final do texto-base que costumava iniciar cada capítulo. O autor escolhia, de seu entendimento, palavras que imaginava que seriam difíceis para o estudante e, abaixo do texto, inseria-as em uma lista, cada uma seguida de um significado em forma de sinônimo. Observe-se: para a palavra difícil aparecia um sinônimo associado. E isso era quase tudo que se fazia no trabalho com o léxico da língua.

São essas insuficiência e restrição do trabalho com o léxico que marcaram gerações de estudantes. A palavra não era vista em sua relação com outras, com o contexto, com o mundo. Ela era associada a um único significado (que figurava na forma de um sinônimo).

Para além de seu significado básico (aquele que, em geral, é usado em um maior número de contextos em que uma palavra ocorre), as palavras vão recebendo ressignificações construídas nos inúmeros enunciados produzidos pelos usuários da língua. Seja nos usos literários, em que se explora intensamente a virtualidade da língua, seja no uso da língua comum, no nosso simples e saboroso cotidiano linguístico, a palavra vai se ajustando às necessidades de seus enunciadores nas cenas da enunciação. Até o isolamento do signo linguístico, utilizado como método para

estudá-lo como unidade virtual do sistema da língua, não pode prescindir da realização discursiva (Biderman, 2001).

A postura prescritivista, vista em usos como “Lula erra”, “usa linguagem ultrapassada”, “usou os termos ‘índio’ em referência a indígenas e ‘opção’ em vez de orientação sexual”, revela o entendimento de língua como algo estático, desconsiderando-se o movimento das palavras e, principalmente, o fato de que o sentido delas também se constitui no discurso. O prescritivismo ganha espaço no falso lugar de uma sociedade estática, com nenhuma mobilidade. E a redução da palavra a uma única significação é um entendimento restrito das noções que o léxico de uma língua encobre. Como nos lembra Antunes (2012, p. 23), a redução da palavra a uma única significação parece “etiquetas em pedra”.

Os sistemas léxicos das línguas retratam a experiência humana acumulada e o acervo cultural das sociedades. Os indivíduos atuam na perpetuação e reelaboração contínua desses sistemas, que poderão se expandir, se alterar ou se contrair, em razão de mudanças sociais e culturais que levam seções do léxico à marginalização,

ao desuso, ao desaparecimento ou mesmo ao contrário: palavras podem voltar à circulação, muitas vezes com novas conotações, sempre para o enriquecimento do léxico da língua (Biderman, 1978).

É estreito esse olhar para as palavras como se elas fossem portadoras de significado absoluto, fazendo-se pouco caso do seu enlace com o usuário, com a situação de enunciação, com o discurso e com o gênero discursivo: “[...] o indivíduo gera a semântica de sua língua, [...] o universo semântico se estrutura em torno de dois polos opostos: o indivíduo e a sociedade” (Biderman, 1978, p. 139). E é essa estreiteza que sedimenta o fiscal da língua, levando-o a permanecer alerta, em estado de correção.

Resta uma pergunta: de onde vem a autoridade para se dizer o que é um bom uso linguístico? Essa língua desejável a que almejam as enunciantes do discurso prescritivista sobre o uso de Lula está a serviço da discriminação social e não da interação sociocomunicativa, função precípua da língua.

Ultrapassada não é a linguagem que Lula usa. Ultrapassado é o prescritivismo.

## REFERÊNCIAS

- ALEIXO, I.; SÁ, C. "Rede TV!: Lula usa linguagem ultrapassada ao citar 'índio' e 'opção sexual'". Portal UOL. São Paulo, 3/fev./2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/03/redetv-lula-usa-linguagem-ultrapassada-ao-citar-indio-e-opcao-sexual.htm>. Acesso em: 15/ago./2023.
- ANTUNES, I. *Território de palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo, Parábola Editorial, 2012.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. São Paulo/Campinas, Pontes/Educ, 1992.
- CAMACHO, R. "Sociolinguística", in F. Mussalim; A. C. Bentes (orgs.). *Introdução à linguística*, v. 1. São Paulo, Cortez, 2005.
- EMIRI, L.; YANOMAMI, G. "Vida longa ao termo 'índio'". Disponível em: <https://lorettaemiriegliyanomami.wordpress.com/2022/11/24/vida-longa-ao-termo-indio/>. Acesso em: 1º/ago./2023.
- FARACO, C. A. "Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós", in M. Bagno (org.). *Linguística da norma*. São Paulo, Loyola, 2002, pp. 37-61.
- FRANCO, J.; CASABLANCA, K. "Linguagem neutra: debate deve ser levado a sério, defende linguista". *Direto na Fonte*. Campinas, Unicamp TV, 26/nov./2020.
- GALEANO, E. *As palavras andantes*. Porto Alegre, LP&M, 1994.
- GUEDES, B.; BASTOS, R. "Amor de índio". Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/beto-guedes/44530/>. Acesso em: 15/ago./2023.
- ISA. *Menos preconceito, mais índio*. 2017. Disponível em: <https://campanhas.socioambiental.org/maisindio/>. Acesso em: 15/ago./2023.
- KAIOWÁ, R. *Índio cidadão? Documentário produzido pelo Fundo de Apoio à Cultura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal*, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/432678-indio-cidadao/>. Acesso em: 1º/ago./2023.
- LEFFA, V. J. (org.). *As palavras e sua companhia: o léxico na aprendizagem das línguas*. Pelotas, Educat, 2000.
- NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo, Contexto, 2014.
- OLIVEIRA JR, I.; MAIO, E. R. "Opção ou orientação sexual? (Des)controvérsias na (des) contextualização da homossexualidade". *Ensino em Revista*, v. 23, n. 2. Uberlândia, jul./dez. 2016, pp. 324-44.
- SOUZA FILHO, A. de. "A política do conceito: subversiva ou conservadora? – crítica à essencialização do conceito de orientação sexual". *Bagoas*, n. 4, 2009, pp. 59-77.
- UFMG. "Orientação sexual não é uma escolha, afirma pesquisador da UFMG". Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/orientacao-sexual-nao-e-uma-escolha-afirma-pesquisador-da-ufmg>. Acesso em: 1º/ago./2023.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VELOSO, C. "Um índio". Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/discografia/bicho-1977/>. Acesso em: 15/ago./2023.

VICENTE, E. "Professora e linguista com 70 anos no serviço público vê equívoco em termo 'linguagem neutra'". *Folha de S. Paulo*, 31/mar./2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml> Acesso em 28/jul./2023.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

WISNIK, G. "Espaço em obra". *Jornal da USP*, 5/set./2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/colunista-utiliza-a-cancao-um-indio-para-prever-risco-de-destruicao-das-nacoes-indigenas/>. Acesso em: 29/jul./2023.